

MAPA/MATRIZ DE RISCOS SEI Nº 30084261/2026 - SAP.UPC

*Conforme Anexo VI do Contrato

#	Classificação	Identificação do risco	Medidas de mitigação do risco ou compensatórias	Alocação	Probabilidade
1	Ambiental	Embargo do empreendimento e suas consequências, tais como novos custos, descumprimento de prazos, necessidade de nova aprovação de projetos pelas autoridades competentes ou emissão de novas autorizações, quando decorrentes da não observância, pela CONCESSIONÁRIA e/ou por seus subcontratados, das exigências do processo de licenciamento ambiental, incluindo eventuais compensações.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente na obtenção das licenças necessárias à execução contratual.	CONCESSIONÁRIA	Baixa
2	Ambiental	Multas ou compensações por passivo ambiental gerado durante a execução das atividades objeto da CONCESSÃO.	Adoção das melhores práticas ambientais no âmbito da execução contratual, de modo a mitigar quaisquer passivos e/ou irregularidades ambientais.	CONCESSIONÁRIA	Média
3	Ambiental	Recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivos ambientais relacionados à CONCESSÃO anterior à DATA DA ORDEM DE INÍCIO ou que, se posterior, decorra de culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Baixa
4	Ambiental	Recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivos e/ou irregularidades ambientais cujo fato gerador tenha se materializado após a DATA DA ORDEM DE INÍCIO.	Contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de seguro para responsabilização civil por dano ambiental.	CONCESSIONÁRIA	Média
5	Econômico-financeiro	Aumento do custo de FINANCIAMENTO(S) assumido(s) para a realização de investimentos ou para o custeio dos serviços OBJETO da CONCESSÃO, inclusive em razão do aumento de taxas básicas de juros.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração as variações referidas na descrição do risco.	CONCESSIONÁRIA	Média
6	Econômico-financeiro	Criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulamentação tributárias, salvo aquelas atinentes a impostos/contribuições sobre a renda, que tenham impacto nas receitas ou despesas da Concessão, relacionados especificamente com a execução do OBJETO.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Alta
7	Econômico-financeiro	Custos de ações judiciais de terceiros contra a CONCESSIONÁRIA ou subcontratadas decorrentes da execução da CONCESSÃO, exceto quando decorrentes de fato imputável ao PODER CONCEDENTE.	Contratação de seguros pela CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA	Alta
8	Econômico-financeiro	Custos excedentes relacionados ao objeto da CONCESSÃO, ou custos por ela subestimados, incluindo os relativos à implantação do PROGRAMA DE INTERVENÇÃO.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração esses possíveis custos.	CONCESSIONÁRIA	Média
9	Econômico-financeiro	Custos incorridos e as perdas assumidas em razão da alteração superveniente de normas do Corpo de Bombeiros, de normas técnicas e/ou de normas de segurança.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração esses possíveis custos	CONCESSIONÁRIA	Alta
10	Econômico-financeiro	Encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução deste CONTRATO, incluindo elevação de custos de mão de obra por acordo, convenção ou dissídio coletivo, bem como as responsabilidades	Obrigações da CONCESSIONÁRIA de respeitar a legislação trabalhista, previdenciária, bem como cumprir os acordos coletivos eventualmente incidentes às categorias dos profissionais envolvidas no Projeto.	CONCESSIONÁRIA	Alta

#	Classificação	Identificação do risco	Medidas de mitigação do risco ou compensatórias	Alocação	Probabilidade
		incidentes sobre empresas subcontratadas no âmbito da CONCESSÃO.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração esses possíveis custos.		
1	Econômico-financeiro	Flutuações das taxas de câmbio e da taxa de inflação.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração essas possíveis flutuações, inclusive considerando os dados históricos disponíveis.	CONCESSÃO	Alta
1	Econômico-financeiro	Impactos de decisões judiciais ou administrativas que alterem, onerem, impeçam ou impossibilitem a execução integral ou parcial do OBJETO da CONCESSÃO, exceto quando a CONCESSIONÁRIA houver dado causa à decisão.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Baixa
1	Econômico-financeiro	Impactos econômicos de passivos de qualquer natureza relacionados ao MERCADO MUNICIPAL, cuja origem seja anterior à respectiva disponibilização à CONCESSIONÁRIA.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Baixa
1	Econômico-financeiro	Impactos nos custos e nos prazos decorrentes de mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por mera liberalidade da CONCESSIONÁRIA.	CONCESSIONÁRIA deve elaborar adequadamente os seus projetos e realizar um planejamento adequado e factível, e seguir esse planejamento.	CONCESSÃO	Alta
1	Econômico-financeiro	Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE em relação à exploração econômica do MERCADO MUNICIPAL, desde que, como resultado direto da modificação, verifique-se para a CONCESSIONÁRIA alteração substancial dos custos ou da receita, para mais ou para menos.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Média
1	Econômico-financeiro	Não efetivação ou redução da demanda projetada para a exploração econômica do MERCADO MUNICIPAL, inclusive por concorrência do PODER CONCEDENTE, salvo quando decorrente do descumprimento de obrigações assumidas pelo PODER CONCEDENTE no âmbito deste CONTRATO	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração uma projeção de demanda adequada e factível	CONCESSÃO	Média
1	Econômico-financeiro	Perdas econômicas decorrentes de ineficiências, falhas, negligência, inépcia ou omissão no cumprimento do OBJETO deste CONTRATO, exceto por atos ou omissões do PODER CONCEDENTE.	Adoção de providências buscando evitar a ocorrência dos eventos.	CONCESSÃO	Média
1	Econômico-financeiro	Prorrogação unilateral do prazo do CONTRATO por atos derivados do PODER CONCEDENTE.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Média
1	Econômico-financeiro	Realização e pagamento de eventuais ajustes e adequações necessários para o cumprimento das diretrizes mínimas estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração esses possíveis custos.	CONCESSÃO	Alta
2	Econômico-financeiro	Todos os riscos inerentes à exploração das FONTES DE RECEITAS, inclusive sua criação, viabilidade e correta estimativa.	A CONCESSIONÁRIA deve elaborar adequadamente a sua PROPOSTA ECONÔMICA conforme uma estimativa de FONTES DE RECEITA adequada e factível, e seguir esse planejamento.	CONCESSÃO	Alta
2	Econômico-financeiro	Variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção e investimentos.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração as variações ordinárias nos custos dos serviços e insumos. Ademais, as variações ordinárias de custos contam, como medida de mitigação, com os mecanismos contratuais de reajuste ordinário da remuneração (ÍNDICE DE REAJUSTE), destinados a preservar a equivalência monetária ao longo da CONCESSÃO.	CONCESSÃO	Média
2	Econômico-financeiro	Variação do valor de mercado do metro quadrado da ÁREA DA CONCESSÃO.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração as variações ordinárias nos custos do metro quadrado da ÁREA DA CONCESSÃO.	CONCESSÃO	Alta
2	Econômico-financeiro	Variação no cenário macroeconômico.	Apresentação da PROPOSTA ECONÔMICA levando em consideração as variações nos cenários, inclusive levando em consideração os dados históricos.	CONCESSÃO	Alta
2	Engenharia e de	Achados arqueológicos, descobertas de valor histórico, paisagístico, sociológico	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-	PODER CONCEDENTE	Baixa

#	Classificação	Identificação do risco	Medidas de mitigação do risco ou compensatórias	Alocação	Probabilidade
	Operação	ou ambiental que venham a ser achados na ÁREA DA CONCESSÃO, no curso da execução do CONTRATO.	financeira.	E	
25	Engenharia e de Operação	Alterações nas especificações dos encargos da CONCESSÃO por solicitação do PODER CONCEDENTE, ou decorrentes do advento de nova legislação ou regulamentação pública.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Alta
26	Engenharia e de Operação	Alterações no PROJETO BÁSICO, por solicitação do PODER CONCEDENTE, salvo se tais mudanças decorrerem da não conformidade do PROJETO BÁSICO em relação à legislação em vigor, ou em relação às informações contidas no ANEXO III – CADERNO DE ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Baixa
27	Engenharia e de Operação	Atraso no cumprimento do cronograma do PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, inclusive em decorrência da não obtenção de autorizações, licenças e/ou permissões.	Dever de a CONCESSIONÁRIA solicitar tempestivamente as licenças e observar todas as exigências legais e infralegais.	CONCESSIONÁRIA	Alta
28	Engenharia e de Operação	Comições sociais ou movimentos públicos que comprometam a execução do OBJETO deste CONTRATO, ou que acarretem danos aos BENS VINCULADOS à CONCESSÃO.	Contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de seguros de riscos operacionais ou riscos nomeados do tipo “todos os riscos”, incluindo, tumulto ou manifestações populares.	CONCESSIONÁRIA	Baixa
29	Engenharia e de Operação	Custos e investimentos atinentes à recuperação e melhorias em razão de vícios ocultos ou aparentes nos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO ou na ÁREA DA CONCESSÃO, e/ou funcionalidade e qualidade inferior às esperadas.	Recomendação para que os LICITANTES realizem visita técnica destinada à verificação in loco das condições, natureza e mensuração dos materiais e equipamentos necessários à execução do CONTRATO; Cada LICITANTE deverá apresentar declaração quanto ao pleno conhecimento da ÁREA DA CONCESSÃO	CONCESSIONÁRIA	Alta
30	Engenharia e de Operação	Danos causados a redes de utilidades subterrâneas pela realização das obras do PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO, tais como tubulações de água, esgoto e de gás.	Recomendação para que os LICITANTES realizem visita técnica destinada à verificação in loco das condições, natureza e mensuração dos materiais e equipamentos necessários à execução do CONTRATO. Cada LICITANTE deverá apresentar declaração quanto ao pleno conhecimento da ÁREA DA CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA	Baixa
31	Engenharia e de Operação	Erros, omissões ou alterações de projetos de engenharia, incluindo metodologia de execução, e/ou de tecnologia da CONCESSIONÁRIA, independentemente do aceite do PODER CONCEDENTE.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente na execução do CONTRATO.	CONCESSIONÁRIA	Baixa
32	Engenharia e de Operação	Eventos que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil na data de sua ocorrência, inclusive para as hipóteses de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR, bem como a variação no seu preço.	Contratação de Seguros pela CONCESSIONÁRIA	CONCESSIONÁRIA	Alta
33	Engenharia e de Operação	Eventuais imprecisões de metragem da ÁREA DA CONCESSÃO no EDITAL e seus ANEXOS.	Recomendação para que os LICITANTES realizem visita técnica destinada à verificação in loco das condições, natureza e mensuração dos materiais e equipamentos necessários à execução do CONTRATO. Cada LICITANTE deverá apresentar declaração quanto ao pleno conhecimento da ÁREA DA CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA	Média
34	Engenharia e de Operação	Existência de condições adversas do solo/terrenos nas obras do PROGRAMA DE INTERVENÇÃO, que comprovadamente atrasem o cronograma ou impeçam a execução das referidas obras.	Recomendação para que os LICITANTES realizem visita técnica destinada à verificação in loco das condições, natureza e mensuração dos materiais e equipamentos necessários à execução do CONTRATO. Cada LICITANTE deverá apresentar declaração quanto ao pleno conhecimento da ÁREA DA CONCESSÃO.	CONCESSIONÁRIA	Média
35	Engenharia e de Operação	Greve dos funcionários e empregados do PODER CONCEDENTE que comprovadamente impeça ou impossibilite a CONCESSIONÁRIA de prestar integral ou parcialmente o OBJETO.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Baixa
36	Engenharia e de Operação	Greves realizadas por empregados contratados pela CONCESSIONÁRIA,	Obrigação da CONCESSIONÁRIA de respeitar a legislação trabalhista, previdenciária, bem como cumprir os	CONCESSIONÁRIA	Baixa

#	Classificação	Identificação do risco	Medidas de mitigação do risco ou compensatórias	Alocação	Probabilidade
		pelas subcontratadas ou pelas prestadoras de serviços à CONCESSIONÁRIA.	acordos coletivos eventualmente incidentes às categorias dos profissionais envolvidas no Projeto.		
37	Engenharia e de Operação	Inadimplemento de consumidores ou tomadores de serviço da CONCESSIONÁRIA pelos pagamentos que lhe forem devidos a qualquer título.	A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros itens, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar as melhores práticas empresariais e de governança, assim como contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas.	CONCESSIONÁRIA	Média
38	Engenharia e de Operação	Interrupção e/ou intermitência no fornecimento de energia elétrica, água, ou outros serviços necessários ao funcionamento das atividades exploradas no MERCADO MUNICIPAL.	A CONCESSIONÁRIA será a responsável pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos e empresas privadas, visando ao correto desenvolvimento de todas as atividades previstas no OBJETO.	CONCESSIONÁRIA	Alta
39	Engenharia e de Operação	Limitações à exploração econômica da ÁREA DA CONCESSÃO posteriores à DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Média
40	Engenharia e de Operação	Má-qualidade na prestação dos serviços e atividades OBJETO deste CONTRATO, à luz dos parâmetros estabelecidos pelo ANEXO IV – SISTEMA DE MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente na execução do CONTRATO.	CONCESSIONÁRIA	Média
41	Engenharia e de Operação	Falta de garantia da segurança e/ou da saúde dos trabalhadores subordinados à CONCESSIONÁRIA ou a seus subcontratados. A CONCESSIONÁRIA deverá observar todas as normas legais e regulamentares de segurança e medicina do trabalho e exigir de seus subcontratados o cumprimento integral dessas obrigações.	A CONCESSIONÁRIA deverá observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços e contratados. A CONCESSIONÁRIA deverá incluir cláusula e garantir o cumprimento das normas por todos os seus subcontratados.	CONCESSIONÁRIA	Média
42	Engenharia e de Operação	Necessidade de interface com as entidades e os órgãos públicos, subcontratadas, consumidores e tomadores de serviços da CONCESSIONÁRIA, bem como com os USUÁRIOS.	A CONCESSIONÁRIA será a responsável pela interlocução com terceiros, tais como órgãos públicos, concessionárias de serviços públicos e empresas privadas, visando ao correto desenvolvimento de todas as atividades previstas no OBJETO.	CONCESSIONÁRIA	Alta
43	Engenharia e de Operação	Obsolescência, a segurança, a robustez e o pleno funcionamento das tecnologias, dos equipamentos e das técnicas empregadas na CONCESSÃO.	A CONCESSIONÁRIA deve manter a atualidade dos equipamentos e tecnologias empregados no âmbito da CONCESSÃO, de modo a garantir sua funcionalidade e segurança. Revisões ordinárias do CONTRATO.	CONCESSIONÁRIA	Alta
44	Engenharia e de Operação	Perecimento, destruição, roubo, furto, vandalismo, perda ou quaisquer outros danos causados aos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO, responsabilidade que não será reduzida ou excluída em virtude da fiscalização do PODER CONCEDENTE.	A CONCESSIONÁRIA deve garantir a segurança dos USUÁRIOS e proteção dos BENS VINCULADOS À CONCESSÃO. Contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de seguros de riscos operacionais ou riscos nomeados do tipo “todos os riscos”. A cobertura securitária do tipo “todos os riscos” deverá abranger tanto os BENS REVERSÍVEIS quanto os BENS NÃO REVERSÍVEIS vinculados à operação, observados os valores e limites mínimos de cobertura definidos na cláusula de SEGUROS do CONTRATO.	CONCESSIONÁRIA	Média
45	Engenharia e de Operação	Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pelos administradores, empregados, prepostos e prestadores de serviços, ocorridos antes da DATA DA ORDEM DE INÍCIO ou, ainda que após a DATA DA ORDEM DE INÍCIO, por culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira	PODER CONCEDENTE	Média
46	Engenharia e de Operação	Prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pelos administradores, empregados, prepostos e prestadores de serviços, ocorridos após a DATA DA ORDEM DE INÍCIO.	Treinamento adequado e metódico dos funcionários, terceirizados e empresas subcontratadas para que sua conduta seja adequada, técnica e precisa. Contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de seguros de riscos operacionais ou riscos nomeados do tipo “todos os riscos”.	CONCESSIONÁRIA	Média

#	Classificação	Identificação do risco	Medidas de mitigação do risco ou compensatórias	Alocação	Probabilidade
47	Engenharia e de Operação	Prejuízos decorrentes de erros e/ou atrasos na realização das obras relativas à execução do objeto da CONCESSÃO.	Adoção de medidas para que o cronograma pactuado seja cumprido.	CONCESSÃO	Média
48	Engenharia e de Operação	Restrição operacional decorrente de decisão ou omissão do PODER CONCEDENTE, exceto se decorrente de fato imputável exclusivamente à CONCESSIONÁRIA.	O PODER CONCEDENTE deverá antever e projetar com antecedência diretrizes operacionais, de forma a causar o menor impacto possível na concessão. Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Baixa
49	Engenharia e de Operação	Revisões sobre os parâmetros e medidores referentes ao FD que acarretem, comprovadamente, encargos adicionais para a CONCESSIONÁRIA.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Média
50	Engenharia e de Operação	Superveniência de tombamento dos imóveis e/ou de bens materiais ou imateriais relacionados à CONCESSÃO que enseje investimentos, custos e despesas, em função de impactos nas premissas e projetos originais no âmbito da CONCESSÃO, exceto os elementos cujo processo de tombamento já estiver em tramitação na DATA DA ENTREGA DAS PROPOSTAS.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Baixa
51	Jurídico	Acidente de trabalho na execução do OBJETO.	A CONCESSIONÁRIA deverá observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços e contratados. A CONCESSIONÁRIA deverá incluir cláusula e garantir o cumprimento das normas por todos os seus subcontratados.	CONCESSÃO	Baixa
52	Jurídico	Alteração superveniente na legislação, desde que relacionada à execução do OBJETO, que ocorra após a DATA DE ENTREGA DAS PROPOSTAS que altere o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que traga efetivos e diretos prejuízos para a CONCESSIONÁRIA.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Alta
53	Jurídico	Atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos neste CONTRATO relacionados às obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, bem como o descumprimento do FD, quando decorrentes diretamente de ação ou omissão irregular do PODER CONCEDENTE.	O PODER CONCEDENTE deverá antever e projetar com antecedência as suas obrigações de modo a possibilitar o cumprimento dos prazos pactuados, de forma a causar o menor impacto possível na concessão. Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira	PODER CONCEDENTE	Baixa
54	Jurídico	Atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos neste CONTRATO, quando decorrentes diretamente de ação ou omissão da CONCESSIONÁRIA ou suas subcontratadas.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente no cumprimento das cláusulas contratuais. Previsão de sanções contratuais caso a CONCESSIONÁRIA não cumpra com os prazos estabelecidos.	CONCESSÃO	Baixa
55	Jurídico	Celebração de contratos de direito privado com os futuros PERMISSIONÁRIOS do MERCADO MUNICIPAL.	Previsão contratual de que a CONCESSIONÁRIA é responsável pela celebração dos contratos de direito privado com futuros permissionários.	CONCESSÃO	Alta
56	Jurídico	Descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de suas obrigações contratuais, incluindo, mas não se limitando ao descumprimento de prazos a ela aplicáveis nos termos deste CONTRATO e/ou na legislação vigente.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente no cumprimento das cláusulas contratuais. Previsão de sanções contratuais caso a CONCESSIONÁRIA não cumpra com os prazos estabelecidos.	CONCESSÃO	Baixa
57	Jurídico	Descumprimento, pelo PODER CONCEDENTE, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando a, o descumprimento de prazos a ele	Observância, por parte do PODER CONCEDENTE, das regras contratuais, regulamentares e legislativas que incidem sobre o OBJETO contratual.	PODER CONCEDENTE	Média

#	Classificação	Identificação do risco	Medidas de mitigação do risco ou compensatórias	Alocação	Probabilidade
		aplicáveis, nos termos deste CONTRATO e/ou na legislação vigente.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira em favor da CONCESSIONÁRIA.		
58	Jurídico	Extinção da CONCESSÃO por decretação da caducidade da CONCESSÃO.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente no cumprimento das cláusulas contratuais.	CONCESSÃO	Baixa
59	Jurídico	Imposição, pelo PODER CONCEDENTE, de novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no CONTRATO, que provoque impacto nos custos e encargos da CONCESSIONÁRIA.	O PODER CONCEDENTE deverá antever e projetar com antecedência as obrigações da CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO de modo a causar o menor impacto possível na concessão. Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Alta
60	Jurídico	Intervenção na CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE em razão de descumprimentos contratuais pela CONCESSIONÁRIA.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente no cumprimento das cláusulas contratuais.	CONCESSÃO	Baixa
61	Jurídico	Planejamento tributário da CONCESSIONÁRIA.	Previsão do dever contratual da CONCESSIONÁRIA agir diligentemente na elaboração de seu planejamento tributário, atuando de forma compatível com as posições prevaletentes no âmbito do contencioso tributário administrativo e judicial.	CONCESSÃO	Alta
62	Jurídico	Rescisão e pagamento de eventual indenização devida aos atuais PERMISSIONÁRIOS dos boxes no MERCADO MUNICIPAL, limitada às hipóteses em que não haja direito de permanência. O PODER CONCEDENTE será responsável pela rescisão dos contratos de concessão de uso e pela previsão, na Lei Orçamentária Anual, dos recursos orçamentários necessários às indenizações. Considera-se, ainda, a decisão administrativa que assegura a permanência, até o final de seus contratos de concessão de uso, dos PERMISSIONÁRIOS adimplentes.	O PODER CONCEDENTE é responsável pela rescisão dos atuais Contratos de Concessão de Uso. Previsão, na Lei Orçamentária Anual, de recursos orçamentários para as indenizações.	PODER CONCEDENTE	Alta
63	Jurídico	Resultados de ações judiciais ou demandas administrativas originárias de serviços prestados anteriormente à DATA DA ORDEM DE INÍCIO.	Mecanismo de revisão extraordinária para reequilíbrio da equação econômico-financeira.	PODER CONCEDENTE	Média
64	Compartilhado	Ocorrência de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não cobertos pelos seguros disponíveis no mercado nacional à época do evento, que impactem a execução da CONCESSÃO.	Contratação obrigatória de seguros pela CONCESSIONÁRIA para todos os riscos que disponham de cobertura no Brasil. Adoção de medidas conjuntas de mitigação e redução dos efeitos do evento. Acionamento dos mecanismos contratuais de reequilíbrio econômico-financeiro, considerando os impactos sobre ambas as partes. A decisão conjunta das partes quanto à recomposição observará os seguintes critérios: (i) a possibilidade de continuidade da CONCESSÃO; (ii) a proporcionalidade entre o impacto do evento e a medida de recomposição; e (iii) a preservação da prestação do serviço adequado, recorrendo-se prioritariamente aos mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro.	Compartilhado entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA	Baixa
65	Compartilhado	Inviabilização da continuidade da CONCESSÃO em razão de CASO FORTUITO ou FORÇA MAIOR não cobertos por seguros, tornando impossível a execução integral ou parcial do OBJETO.	Contratação de seguros abrangentes pela CONCESSIONÁRIA. Reequilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, ou extinção da CONCESSÃO. Indenização pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA dos investimentos vinculados ao CONTRATO que não	Compartilhado entre PODER CONCEDENTE e CONCESSIONÁRIA	Baixa

#	Classificação	Identificação do risco	Medidas de mitigação do risco ou compensatórias	Alocação	Probabilidade
			tenham sido amortizados ou depreciados, nos termos da legislação e do CONTRATO. A extinção somente será adotada quando comprovadamente inviável a continuidade da CONCESSÃO, mediante decisão conjunta e motivada das partes, assegurada à CONCESSIONÁRIA a indenização dos investimentos vinculados não amortizados, nos termos da legislação e do CONTRATO.		
66	Jurídico	Necessidade imprevista de desapropriação ou de instituição de servidão administrativa, no curso da execução do CONTRATO, para a adequada prestação do serviço.	Mecanismo de revisão extraordinária para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, com adoção de medidas conjuntas pelas PARTES.	PODER CONCEDENTE	Baixa



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Felipe Heinemann Gassenferth, Gerente**, em 10/07/2026, às 10:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Aliceia Andresa Correa Ranno, Servidor(a) Público(a)**, em 10/07/2026, às 10:11, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **30084261** e o código CRC **E4CE8E14**.

Av. Hermann August Lepper, 10 - Bairro Saguauçu - CEP 89221-901 - Joinville - SC - www.joinville.sc.gov.br